

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA – 3ª EDIÇÃO	5
-------------------------	---

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO	11
------------	----

1. A “ciência total do direito penal” e o direito processual penal	11
1.1. O direito processual penal, o direito penal e o direito penal executivo	11
1.2. O direito processual penal, a criminologia e a política criminal	15
2. As finalidades do processo penal	18
3. A conformação jurídico-constitucional do processo penal português	21
4. A estrutura do processo penal português	24
4.1. O Código de Processo Penal de 1929	25
4.2. O Código de Processo Penal de 1987 – processo penal de estrutura acusatória integrado por um princípio de investigação	25

CAPÍTULO II

O DIREITO PROCESSUAL PENAL E A SUA APLICAÇÃO	29
--	----

1. A interpretação e a integração da lei processual penal	29
2. A aplicação da lei processual penal no espaço	30
3. A aplicação da lei processual penal quanto às pessoas	31
4. A aplicação da lei processual penal no tempo	32

CAPÍTULO III

PARTICIPANTES E SUJEITOS PROCESSUAIS	35
--------------------------------------	----

1. Tribunal (juiz)	35
2. Ministério público	40
3. Arguido e suspeito	45
4. Defensor	56

5. Assistente e ofendido	59
6. Partes civis	66
7. Órgãos de polícia criminal	68

CAPÍTULO IV

A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM

– A FASE DE INQUÉRITO

1. Princípios gerais da promoção processual	71
1.1. Princípio da oficialidade	72
1.2. Princípio da legalidade	77
1.3. Princípio da acusação	83
2. Princípios gerais da prossecução processual	86
2.1. Princípio do contraditório	86
2.2. Princípio da suficiência	88
3. A fase de inquérito	90
3.1. Abertura	90
3.2. Finalidade, direção e atos do ministério público	92
3.3. Encerramento	101
3.3.1. <i>Despacho de arquivamento</i>	103
3.3.2. <i>Despacho de acusação</i>	105
3.3.3. <i>Alternativas ao despacho de acusação</i>	106
3.3.4. <i>Controlo da decisão de arquivar ou de acusar</i>	111

CAPÍTULO V

A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM

– A FASE DE INSTRUÇÃO

1. Abertura	113
2. Finalidade	116
3. Direção e conteúdo	119
4. Encerramento	121
5. Irrecorribilidade	123

CAPÍTULO VI

MEIOS PROCESSUAIS

1. Meios processuais	127
2. Meios de obtenção da prova e meios de prova	128
2.1. Meios de obtenção da prova	129
2.2. Meios de prova	140

3. Medidas cautelares e de polícia	149
4. Detenção	152
5. Medidas de coação	155
5.1. Princípios de aplicação	156
5.2. Condições de aplicação	163
5.3. Modos de impugnação. O recurso e a providência de <i>habeas corpus</i>	170
6. Medidas de garantia patrimonial	172

CAPÍTULO VII

A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM

– A FASE DE JULGAMENTO	179
1. Tribunal competente para o julgamento	179
2. Atos preliminares	184
3. Princípios gerais	185
3.1. Princípio da investigação	185
3.2. Princípio da legalidade da prova	186
3.3. Princípio da livre apreciação da prova	190
3.4. Princípio <i>in dubio pro reo</i>	193
3.5. Princípio da publicidade	195
3.7. Princípios da oralidade e da imediação	199
3.8. Princípio da concentração	203
4. Alteração dos factos e alteração da qualificação jurídica	206
5. A presença do arguido na audiência de julgamento	212
6. A sentença	217

CAPÍTULO VIII

IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES – RECLAMAÇÃO E RECURSO	221
1. Impugnação das decisões – reclamação e recurso	221
2. Recursos ordinários	222
2.1. Princípios	223
2.2. Poderes de cognição	234
3. Recursos extraordinários	237

BIBLIOGRAFIA	241
--------------	-----